



**RETORNO** Antero de Barros, Sérgio Guerra e José Mentor na retomada dos trabalhos da CPI do Banestado: de acordo com o calendário, relatório deve ser votado no próximo mês

## BANESTADO E DESMANCHE

### CPIs devem votar seus relatórios até o fim do ano

A CPI do Banestado voltou a se reunir, ontem, depois de três meses com os trabalhos paralisados. Os integrantes da comissão decidiram que até o dia 7 de dezembro será apresentado o relatório preliminar, a partir do qual se abre prazo de cinco dias para apresentação de emendas. A previsão é de que o documento final da CPI seja votado até 14 de dezembro. O presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros, reconheceu a existência

de erros e equívocos nos trabalhos, mas disse que a CPI prestou "relevantes serviços à sociedade". Outra comissão do Congresso, a do Desmanche de Veículos, anunciou a apresentação de seu relatório até 15 de dezembro, com votação logo em seguida. O presidente da CPI, senador Romeu Tuma, explicou que os casos apontados pelo colegiado devem ser investigados pelo Ministério Público, com acompanhamento do Congresso.

**PREOCUPAÇÃO** Entre o relator e a vice-presidente da CPI do Desmanche de Veículos, Tuma quer mais rigor com crimes na recuperação e reparo de veículos roubados ou acidentados



## Lula pede ao Congresso lei sobre o mínimo

Em reunião com parlamentares da Comissão de Orçamento, presidente recomenda fixação de critérios para aumentos a partir de 2006

Página 3



**SÍMBOLO** da luta contra a Aids, o painel com laço vermelho em frente ao Congresso Nacional foi inaugurado ontem pelo ministro da Saúde, Humberto Costa. Ele afirmou que a Lei Sarney – que assegura a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV – foi fundamental para que o Brasil alcançasse a liderança no controle da Aids.

Página 7



**APOIO** Partido deve cumprir compromisso com a governabilidade do país, ressalta Hélio Costa

## Costa defende apoio do PMDB ao governo

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu ontem a permanência do seu partido no governo. Ao justificar que o PMDB deve cumprir compromisso com a governabilidade do Brasil, ele registrou que se os peemedebistas passarem para a oposição, o governo não conseguirá aprovar matéria alguma no Senado e encontrará muitas dificuldades para passar seus projetos na Câmara.

– O governo e o presidente Lula reconhecem a importância do PMDB. No encontro com o presidente, conversamos de forma amistosa e inteligente. E, pelo que fiquei sabendo, também foi cordial a reunião do presidente com 64 dos 76 deputados peemedebistas – afirmou ele.

Contrário à convenção nacional marcada para o dia 12 de dezembro, que deverá definir se o PMDB continua ou não no governo, Hélio Costa negou que a maioria do partido defenda a entrega de cargos e a posição de independência.

Os peemedebistas Ney Suasuna (PB) e José Maranhão (PB) pedem que prefeitos eleitos sejam ouvidos e Maguito Vilela (GO) defende que o PMDB continue a apoiar o PT.

# Agenda

## Medidas provisórias trancam pauta da Casa

A pauta do Plenário, que tem sessão marcada para hoje, às 14h30, está trancada por um projeto de conversão (PLV 47/04) e uma medida provisória (MP 198/04) que tratam, entre outros, da reestruturação da carreira previdenciária e da seguridade social, instituindo novos cargos e gratificações.



O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, de reunião da Mesa diretora.

## Comissão analisa indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 10h. Na pauta, a indicação de Lúcio Pires de Amorim para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na África do Sul, exercer a função junto à República de Maurício; de Frederico

Cezar de Araújo, que deve acumular o cargo de embaixador do Brasil junto à Austrália com a embaixada de Papua Nova Guiné; e de Antonio José Rezende de Castro para assumir o posto em Uganda, cumulativamente com a embaixada do Brasil no Quênia.



## Secretário de Direitos Humanos fala à CPI da Terra

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra promove hoje, às 10h, audiência pública com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Ele fala aos parlamentares

sobre o recente caso de assassinato de trabalhadores sem-terra em Minas Gerais. A comissão trata dos conflitos entre movimentos de trabalhadores e de proprietários rurais.

## Comissões votam emendas ao Orçamento

Três comissões permanentes do Senado reúnem-se hoje com o intuito de discutir e votar emendas para o Orçamento da União para o próximo ano: as

de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) têm reunião às 10h, e a de Relações Exteriores (CRE), às 11h.

## Fiscalização de políticas sociais em debate

O papel do Tribunal de Contas da União (TCU) no controle das políticas sociais e a experiência mexicana na área social serão analisados hoje na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, pelo presidente do TCU, ministro Valmir Campello, a embaixadora do México, Cecília Soto, e a diretora-geral de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento do México, Monica Orozco Corona.



## Integração regional

A Comissão Conjunta do Mercosul promove, hoje e amanhã, o seminário "Integração Regional: Convergências Institucionais e Econômicas". O evento, no auditório do Interlegis, será por meio de videoconferência e terá a participação de especialistas em economia, direito e política internacional.

## Judiciário e sociedade

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Balbino Maciel, e o desembargador José Fernandes Filho são os convidados do programa *Cidadania* de hoje, que discute a relação entre o Poder Judiciário e a sociedade. A atração vai ao ar pela TV Senado diariamente, às 19h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**SOLUÇÃO** Para Antonio Carlos, excesso de medidas provisórias é que atrasa a ação do Congresso

## Senado não retarda decisão, afirma ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) voltou a acusar o governo de agir com falta de ética política. Referindo-se aos ex-governadores e ex-ministros que chegaram ao Senado gozando de boa reputação, ele disse que dificilmente algum deles apontará um governo "tão ausente da ética quanto o atual".

O parlamentar observou que não pode aceitar que o chefe do Executivo acuse o Senado de estar retardando decisões quando, na realidade, é o governo quem atrasa a ação legislativa, com a edição de medidas provisórias. Para Antonio Carlos, a única solução seria a extinção das MPs.

– Não sei se o Senado vai fazê-lo. Acredito até que não – lamenta ele.



**LAZER** Natural da cidade, Efraim destaca a importância do turismo de aventura para a economia local

## Efraim saúda município de Santa Luzia

Ao registrar que o município de Santa Luzia, na Paraíba, completou 133 anos de emancipação política ontem, o senador Efraim Morais (PFL-PB), natural daquele município, solicitou a publicação do hino oficial da cidade nos Anais do Senado.

Em Santa Luzia, localizada no sertão do Seridó paraibano, porção central do estado, o turismo de aventura é uma das principais alternativas da economia local, observa Efraim.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**CRÍTICA** Para Eduardo, a União deixa de repartir tributos com estados e municípios

## Eduardo: governo inviabiliza os municípios

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem a maneira como o governo vem conduzindo a repartição dos impostos e a execução orçamentária, em prejuízo dos municípios.

Conforme o senador, o Executivo tem elevado a arrecadação por meio de contribuições, tributos que não são repartidos com os estados e municípios, e permitido a queda na coleta de impostos – estes, sim, de divisão obrigatória com os demais entes da Federação. Além disso, não aplica as verbas relativas a emendas de parlamentares ao Orçamento da União, inviabilizando as administrações municipais.

– Proponho que os parlamentares da oposição façam uso até da obstrução na Comissão de Orçamento, para que o governo cumpra os compromissos com os municípios.

Eduardo disse que o valor arrecadado com as contribuições já é mais que o dobro do obtido por meio dos impostos. No caso do IPI, o governo vem concedendo isenções, com reflexos negativos na arrecadação.

Citando artigo escrito pelo governador de Sergipe, João Alves (PFL), o senador disse concordar com a tese de que esse comportamento do governo federal está pondo fim ao princípio da Federação. E lembrou que tramita no Congresso proposta instituindo o orçamento impositivo, e não autorizativo, como é hoje.

# Lula quer lei para reajuste do salário mínimo, diz Jucá

■ Presidente sugere elaboração de proposta para vigorar em 2006, com aumento real

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem, em reunião com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, que o Congresso discuta e tente colocar numa lei como serão os reajustes do salário mínimo a partir de 2006 e qual será o seu aumento acima da inflação. A informação foi dada à imprensa pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), um dos participantes da reunião.

Ao votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005, neste ano, o Congresso colocou, pela primeira vez, uma regra para os aumentos do salário mínimo, mas que tem validade apenas para o próximo ano: o



**ENCONTRO** Romero Jucá (E) e o deputado Paulo Bernardo participaram da reunião com o presidente da República e membros do ministério

salário receberá a inflação dos 12 meses anteriores, acrescida do percentual do crescimento do PIB *per capita* de 2004.

Romero Jucá calcula que o salário mínimo deverá ser elevado no ano que vem dos atuais R\$ 260,00 para R\$ 283,72.

Também estiveram na reu-

nião com Lula o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), e os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Casa Civil, José Dirceu, e interino do Planejamento, Nelson Machado.

## Comissão tenta votar hoje o relatório preliminar

Foi adiada pela segunda vez nesta semana a votação do relatório preliminar que o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou ao projeto do governo para o Orçamento federal de 2005. Desta vez não foi nenhuma obstrução partidária, mas sim as votações no Plenário da Câmara que impediram a Comissão Mista de Orçamento de se reunir – Plenário e comissões não podem promover votações ao mesmo tempo. Nova tentativa será feita hoje, às 10h.

Caso o relatório preliminar seja votado hoje, imediatamente estará aberto o prazo para apresentação de emendas dos congressistas ao Orçamento do próximo ano – cada um terá direito a até 20 emendas.

## Agripino anuncia que PFL vai obstruir votação

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), anunciou ontem que seu partido irá obstruir a votação do Orçamento de 2005 caso não haja acordo para aumento real do salário mínimo, para ampliar os recursos da área da saúde e para reajuste da tabela do Imposto de Renda. Ele disse também que o partido decidiu não mais votar as medidas provisórias que cheguem ao Congresso e não cumpram o ritual previsto.

– O PFL vai fazer obstrução na busca de compromissos públicos assumidos pelo governo.

Segundo Agripino, os projetos de lei arduamente discutidos no Senado encontram-se parados na Câmara porque a pauta está trancada por MPs.

Eduardo Siqueira Campos



**CONDIÇÕES** Agripino afirma que partido exige o cumprimento de promessas pelo governo

(PSDB-TO) defendeu mudanças na tramitação de MPs. José Jorge (PFL-PE) afirmou que as prefeituras receberam metade do previsto no FPM. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que a oposição coopere com as votações no Senado.

## Educação aprova emendas ao Orçamento

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem as cinco emendas que apresentará ao Orçamento de 2005, entre as quais uma destinada à instalação de bibliotecas públicas, no valor de R\$ 51.856.000.

Foi aprovada também emenda de R\$ 700 milhões a serem aplicados em educação profissional. Outra emenda prevê a destinação de R\$ 100 milhões para o fortalecimento da infraestrutura e das capacidades básicas em recursos genéticos.

A CE aprovou ainda R\$ 115 milhões para a revitalização das redes internas de comunicação de dados das universidades e unidades de pesquisas federais. A última emenda destina R\$ 290 milhões para um programa de esporte e lazer. As emendas foram relatadas pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

## CCJ destina recursos à Justiça Federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade as cinco emendas que lhe cabem no Orçamento Geral da União. O relator foi Tião Viana (PT-AC), e a maior delas, no valor de R\$ 170.357.687, deverá garantir a implantação do Sistema Integrado de Informação Jurisdicional da Justiça Federal.

A segunda emenda, de R\$ 155 milhões, beneficia o Fundo Nacional de Segurança Pública. Outra emenda favorece o Ministério Público Federal, com R\$ 80 milhões, para a Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário.

Foi aprovada ainda emenda de R\$ 40 milhões, destinada à Defensoria Pública da União, para a Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão. A última das emendas aprovadas, no valor de R\$ 25.844.108, é em favor do Fundo Partidário.

## Garibaldi festeja apoio do governo a regras para aumento do mínimo

A disposição do governo federal para acolher critérios permanentes de reajuste do salário mínimo foi festejada pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – foto.

Essa intenção do governo, anunciada pelo presidente Luiz

Inácio Lula da Silva a integrantes da Comissão Mista de Orçamento, autoriza parlamentares governistas a elaborar um projeto de lei, a ser negociado junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, definindo os critérios para reajuste do

salário mínimo.

Ainda conforme reportagem do jornal *O Globo*, que serviu de base ao discurso de Garibaldi Alves Filho, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004 já estabeleceu como parâmetro de reajuste do salário mínimo,

em 2005, o crescimento do produto interno bruto (PIB). Tal sugestão constou de projeto de lei elaborado pelo senador peemedebista, que, segundo ele, contou com o apoio das lideranças partidárias na Comissão de Orçamento.



## MPs sobre gratificações trancam a pauta

A pauta do Senado permanecerá trancada até que sejam votadas as Medidas Provisórias 198/04 e 199/04. As MPs foram lidas ontem e, conforme o procedimento que tem sido adotado pela Mesa, correrá um prazo de três sessões para que os líderes formulem um acordo para a votação. Até lá, nada pode ser votado no Plenário, e nas comissões haverá deliberação apenas sobre projetos não terminativos.

As duas medidas provisórias tratam de gratificações a serem pagas aos funcionários do serviço público federal. A MP 198/04 altera os valores da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Gdata). A outra MP institui gratificação de R\$ 184 para cerca de 70 mil servidores das carreiras da Seguridade e do Trabalho.

## Ana Júlia registra denúncia sobre perdão de dívida

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), falando em nome da liderança do bloco de apoio ao governo, levou ao Plenário denúncia da revista *IstoÉ* segundo a qual o governo do estado do Pará teria beneficiado irregularmente a empresa Cervejaria Paraense S.A. (Cerpasa) com renúncia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A reportagem, intitulada "Chope no bico", informa que a Cerpasa doou à campanha do governador Simão Jatene, em 2002, vultosas quantias. Em contrapartida, a empresa teria sido beneficiada com o perdão de 95% de ICMS devido.

A senadora disse estranhar que o estado esteja abrindo mão de receita, mas, pela gravidade das denúncias, espera que as investigações sejam concluídas.



**SUSPEITAS** Ana Júlia lê reportagem de revista que acusa governo paraense de abrir mão de receita

# Resultado das PPPs deverá ficar disponível na Internet

Relator apresenta parecer e presidente da CCJ marca votação das parcerias para a próxima quarta-feira

Os relatórios anuais a serem enviados ao Congresso e ao Tribunal de Contas da União (TCU) referentes ao desempenho dos contratos de parcerias público-privadas (PPPs) deverão ficar disponíveis ao público por meio da Internet. A inovação está prevista em uma das emendas acolhidas pelo relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), no parecer sobre o projeto de regulamentação das PPPs que

apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), concedeu vista coletiva do parecer pelo prazo de uma semana e marcou a votação do projeto para a próxima quarta-feira (1º). O relator incluiu no texto emenda de sua autoria que permite a classificação para a fase de leilão, nos casos em que o edital estabelecer lances em viva-voz, apenas dos concorrentes cuja proposta escrita for no máximo 20% maior que o valor da melhor proposta. Com isso, ele pretende estimular os licitantes a oferecer propostas escritas no melhor valor possível para o poder público.

Tourinho previu que serão necessários investimentos anuais de R\$ 20 bilhões em energia, R\$ 9 bilhões em saneamento, R\$ 4,5 bilhões em rodovias, R\$ 3 bilhões em ferrovias, R\$ 1,2 bilhão em portos e R\$ 500 milhões em hidrovias para acompanhar o crescimento da economia.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pediu "agilidade e urgência" na votação do projeto que regulamenta as parcerias público-privadas.

– Se atrasarmos a tramitação, estaremos adiando investimentos em energia, saneamento e transportes, e estes recursos não existem no Orçamento – ponderou Mercadante.



**CONSENSO** Ao lado do presidente da comissão, Edison Lobão (C), Rodolpho Tourinho apresenta seu relatório

## Estado poderá convocar oficial da reserva

Os governadores poderão convocar em caráter temporário para o serviço ativo os militares da reserva remunerada das polícias militares, em casos de grave perturbação da ordem, segundo o projeto de lei (PLS 102/04) de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Crivella lembrou os ataques sofridos nos últimos dias no Rio de Janeiro por turistas estrangeiros que passeavam pela praia de Copacabana. Dos 39 mil policiais do estado, informou, 8 mil se encontram em cargos burocráticos e poderiam ser substituídos nessas funções pelos reservistas.

Também foi aprovado em caráter terminativo o projeto de lei (PLS 149/03) do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) que



**SUBSTITUIÇÃO** Crivella destaca que trabalho burocrático poderia ser feito por funcionários aposentados

modifica o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para abolir o mecanismo indireto de eleição dos integrantes da diretoria do Conselho Federal da OAB.

A comissão aprovou ainda parecer favorável ao projeto de lei (PLS 530/03) do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que determina a extensão a todo o território nacional do horário de verão. A proposta será analisada pela Comissão

de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Outro parecer favorável aprovado refere-se ao projeto de lei da Câmara (PLC 24/04) que torna indispensável, no processo de separação consensual entre cônjuges, o acordo relativo ao regime de visitas dos filhos menores. A matéria segue agora para o Plenário.

Será enviado às Comissões de Educação (CE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o projeto de lei da Câmara (PLC 48/04) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Também foi aprovada proposta de emenda à Constituição (PEC 13/03) apresentada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), segundo a qual as leis estaduais de criação de municípios deverão ser publicadas até 12 meses antes das eleições municipais.



**JUSTIÇA** Mão Santa diz que retorno do órgão seria uma homenagem ao economista Celso Furtado

## Mão Santa defende a volta da Sudene

O senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para ele, a medida seria uma homenagem ao economista Celso Furtado, idealizador da Sudene.

– Lula, que é pernambucano, está esquecendo o Nordeste; sofreu lavagem cerebral e agora pensa ser paulista. Ele ainda não conseguiu recriar a Sudene, o instrumento mais importante para o desenvolvimento do Nordeste, região onde a renda *per capita* é a metade daquela das regiões Sul e Sudeste – protestou.

## Importação ameaça vinho gaúcho, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção ontem para a situação dos produtores de vinho do Rio Grande do Sul, que estariam perdendo espaço no mercado interno para os produtos importados do Chile e da Argentina.

Ele disse que, com o saldo positivo na balança comercial, o governo brasileiro não tem percebido a "inundação" de vinhos chilenos e argentinos que estaria ameaçando a cadeia produtiva nacional.

– Embriagado com o sucesso das exportações, o governo federal não percebe os prejuízos dos vitivinicultores gaúchos – assinalou Paim.



**RISCO** Paim ressalta que saldo positivo da balança comercial não deixa governo enxergar prejuízos



**ATUALIZAÇÃO** Proposta de Sarney regulamenta exercício da profissão e autoriza criação de conselhos

## Comissão aprova projeto que valoriza a arquitetura

Os arquitetos e urbanistas poderão ter o exercício de sua profissão regulamentada e constituir seus próprios conselhos federal e regionais, e o respectivo órgão de fiscalização, caso a Câmara concorde e o Executivo encaminhe projeto nesse sentido. A proposta (PLS 3.347/03) é do senador José Sarney (PMDB-AP) e permitirá que esses profissionais se desvinculem dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). A matéria foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), emitiu parecer favorável com emenda que torna claro que o Senado apenas autoriza o Executivo a criar os novos órgãos.

Sarney esclareceu que a legislação que regula a atividade é de 1933 e não condiz com a realidade atual. Azeredo lembrou que o tema foi objeto de audiências públicas, tendo os senadores percebido a necessidade de se atualizar a legislação.

Ana Júlia Carepa (PT-PA), que é arquiteta, disse que a proposta é antiga reivindicação da categoria. Os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Ney Suassuna (PMDB-PB), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Tião Viana (PT-AC) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) elogiaram a matéria.

# Projeto abre ofensiva contra trabalho escravo

■ Além de definir melhor esse tipo de crime, a proposta eleva a pena para até dez anos de reclusão

Projeto de lei que torna mais clara a definição do que configura trabalho escravo e eleva para entre cinco e dez anos de reclusão, mais multa, a pena para quem pratica esse crime recebeu, ontem, parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De iniciativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta (PLS 208/03) tramita em caráter terminativo, e por isso deve seguir direto para a Câmara, a não ser que haja recurso de um décimo dos senadores para exame no Plenário do Senado. O relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ofereceu uma emenda de redação ao texto, que altera o Código Penal e a Consolidação das Leis



**COMBATE** Tasso Jereissati afirma que a sua proposta visa "apagar uma das manchas de nossa sociedade"

do Trabalho (CLT).

Conforme o projeto, a pena pode ser agravada de um sexto a um terço se ocorrer coação ou retenção de salários, se houver uso de gastos com mercadorias e serviços para impossibilitar o desligamento da vítima e se essa for menor de 18 anos, idosa, gestante, indígena ou deficiente física ou mental.

O aliciamento de trabalhadores para outras localidades do país passará a ser punido com um a três anos de prisão e multa. O fazendeiro em cujas

terras for constatada a existência de trabalho escravo perderá direito a financiamentos públicos e poderá ter equipamentos e instrumentos de sua propriedade apreendidos, prevê ainda a proposição.

Tasso Jereissati explica, na justifi-

cação, que sua proposta objetiva "apagar uma das manchas de nossa sociedade", uma vez que ainda existem casos de trabalho escravo na zona rural. Durante a discussão na CAS, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que a grande vantagem da iniciativa é definir o que realmente é trabalho escravo.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), ao elogiar o projeto, disse que, infelizmente, o Pará é campeão nos casos de trabalho escravo no Brasil.



**URGÊNCIA** João Batista Motta cobra uma ação compartilhada entre União, estados e municípios

## Motta quer articulação para o combate à violência urbana

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) fez ontem um apelo às autoridades, nos três níveis de governo, para que articulem políticas de combate à violência urbana. A recente onda de vandalismo em Vitória, que obrigou o governador Paulo Hartung a pedir ajuda ao Exército, mostra, na avaliação do senador, a necessidade de uma ação compartilhada entre União, estados e municípios.

— Já não podemos nos limitar às competências constitucionais. Garantir a segurança pública é um dever de todos nós. Os prefeitos, por exemplo, terão que se articular com as demais autoridades visando ao enfrentamento desse quadro, porque não há mais como viver nessa situação de horror — afirmou.

João Batista disse compreender as razões que levaram o governador Hartung a solicitar a presença das Forças Armadas nas ruas da capital. O problema, salientou, é que a medida não é suficiente para levar tranquilidade aos capixabas.

— De armas em punho, soldados tentam garantir a segurança e inibir a ação dos criminosos. Mas a população não se sente segura. Muitos temem ser atingidos por uma bala perdida em eventuais confrontos. A situação é drástica — lamentou o senador.

## Tebet pede moderação ao presidente do Incra

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, precisa medir mais suas palavras e não acirrar os ânimos no campo. Tebet se referiu a noticiário da *Folha de S. Paulo* sobre declarações de Hackbart, perante 9 mil militantes rurais, em Brasília, acusando setores do agronegócio de abrigar suspeitos pela chacina de cinco sem-terra em Minas Gerais e por agressões em Mato Grosso do Sul.

Ao destacar que é de um es-

tado de agronegócios que quer paz, o senador afirmou que uma declaração como aquela não pode partir de um homem público, por se tratar de uma "generalização perigosa", capaz de criar mais intranquilidade no campo e desanimar quem quer produzir. Para o senador, Hackbart classifica o agronegócio como adversário.

Tebet disse ainda que, "felizmente, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, reconhece o agronegócio" ao destacar que esse é o negócio mais importante do país, responsável por 34% do produto interno bruto



**CONSELHO** Ramez Tebet diz que Rolf Hackbart precisa medir as palavras para não acirrar ânimos

(PIB) e que está garantindo o superávit na balança de pagamentos.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que as declarações do presidente do Incra foram mal interpretadas e que ele não foi claro o suficiente, generalizando acontecimentos.

## Arthur Virgílio classifica declaração de retrógrada

Ao criticar ontem, em Plenário, a afirmação do presidente do Incra, Rolf Hackbart, de que o agronegócio é responsável pelos recentes assassinatos de trabalhadores sem terra em Minas Gerais, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), observou que aquela autoridade está promovendo uma guerra ideológica "retrógrada,

atrasada e *démodé*".

O senador também comentou o artigo da socióloga Ruth Cardoso, esposa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que aponta retrocesso na área social do governo por deixar de exigir a matrícula das crianças nas escolas para que as famílias recebam os recursos.

Virgílio disse que o governo Lula é inoperante e incompetente e quer transformar cidadãos em eleitores de cabresto.

Em apartes, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) considerou que mais absurda que a acusação do presidente do Incra é a sua manutenção no cargo. E Tasso Jereissati (PSDB-CE) salientou que a

afirmação de Hackbart, além de absurda, é inconveniente e, do ponto de vista administrativo, uma improbidade. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a declaração de Ruth Cardoso não condiz com os fatos. Segundo ele, as falhas do Bolsa-Escola estão sendo corrigidas e aumentou muito o número de famílias atendidas.



**BOLSA-FAMÍLIA** Arthur Virgílio apoiou afirmação de Ruth Cardoso sobre retrocesso na área social

## Programa Cidade Amiga dos idosos inicia avaliação

A Subcomissão Permanente do Idoso, presidida pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e que faz parte da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aprovou ontem o início da avaliação dos municípios inscritos no programa Cidade Amiga da Terceira Idade. O primeiro estado a ser visitado será Minas Gerais.

A partir do próximo dia 1º, médicos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) farão visitas a municípios selecionados para comprovar as ações neles desenvolvidas em favor dos idosos. Mais de 200 municípios foram inscritos no programa, criado pela subcomissão e que foi formulado por uma equipe coordenada pela SBGG.

Um convênio entre o Senado Federal e o Serviço Social do Comércio (Sesc) possibilita os deslocamentos dos médicos para a avaliação dos municípios. O Cidade Amiga da Ter-

ceira Idade tem o objetivo de “incentivar os municípios do Brasil a desenvolverem práticas públicas cada vez mais aperfeiçoadas para seus cidadãos idosos”. As cidades que possuem programas exemplares receberão um certificado de qualidade.

A subcomissão aprovou ainda uma série de propostas de seu vice-presidente, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), para 2005. Entre as sugestões acolhidas, está a realização de audiências nos estados, com a presença dos integrantes da subcomissão, de autoridades, de representantes dos conselhos estadual e municipal dos idosos e dos veículos de comunicação “com a finalidade de discutir a situação dos idosos à luz do Estatuto do Idoso”.

Outra proposta de Quintanilha aprovada foi a promoção, no Senado, de um encontro de presidentes dos conselhos estaduais dos idosos.



**MUDANÇAS** Leonel Pavan (C) preside audiência que discutiu, entre outros temas, o novo modelo de passaporte do país

## Estatuto poderá facilitar entrada de estrangeiros

**Estudo do Ministério da Justiça modificará totalmente a legislação que trata da imigração no Brasil**

Durante a audiência pública da Subcomissão Temporária de Turismo que debateu ontem a proposta de elaboração do novo Estatuto do Estrangeiro, em fase de estudo junto ao Ministério da Justiça, o secretário-executivo do ministério, Luiz Paulo Barreto, informou que o projeto deverá modificar totalmente a legislação que trata da imigração no Brasil. Barreto observou que somos um país formado por imigrantes, mas que hoje se caracteriza pela emigração (saída de brasileiros

para morar no exterior).

O projeto que está sendo preparado deverá facilitar a entrada de estrangeiros, até porque a imagem que o Brasil tem no exterior é a de um país aberto aos imigrantes, afirmou Barreto. Ele disse que a lei de refugiados brasileira é considerada modelo em todo o mundo, frisando que o Estatuto do Estrangeiro também poderá alcançar esse *status*.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Jorge Antonio Maurique, lembrou que desde a Roma antiga há leis diferentes para cidadãos nascidos no país e estrangeiros. Maurique sugeriu que a legislação leve em conta a situação de fragilidade do estrangeiro, diante da nova realidade, e afirmou que o estatuto deve

proteger os direitos humanos, respeitando a liberdade individual e evitando discriminação de qualquer espécie.

Norton Lenhart, presidente do Câmara Empresarial de Turismo, considerou positivas as sugestões de conceder vistos especiais a aposentados e investidores e de facilitar o acesso ao visto para quem vem a negócios ou lazer ao país, conforme consta no projeto. Ele pediu cuidado especial com os turistas do Mercosul, que, conforme disse, são os que vêm em maior número ao país, sendo obrigados a enfrentar filas de até cinco horas para entrar no Brasil. Lenhart sugeriu que o passaporte brasileiro seja modificado com urgência, uma vez que é o mais fácil de ser falsificado em todo o mundo.



**QUALIDADE** Senadores decidem que primeiro estado a ser visitado pela comissão de médicos ligados ao projeto será Minas Gerais

## Miranda homenageia colegas em seu retorno ao Senado

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) – foto –, em seu primeiro discurso depois do retorno ao Senado, agradeceu ao presidente José Sarney, ao 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP), e ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) o apoio que recebeu nas vezes em que foi senador – esta é a terceira vez que assume. Miranda citou os cargos que ocupou, como o de relator-geral do Orçamento Geral da União, em 1994, de presidente e vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e de relator do Código de Trânsito Brasileiro e do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia).

– Como disse em minha úl-



tima despedida, ter sido um senador me fez mais brasileiro, mais tolerante, mais pluralista, um cidadão mais consciente – afirmou Gilberto Miranda, que citou, nominalmente, todos os senadores que ocupavam cadeiras na Casa quando ele exercia o mandato.

## Cineastas se articulam em fórum nacional

O produtor Luiz Carlos Barreto e os cineastas Paulo Thiago (*Sagarana*, *o Duelo*) e Aníbal Massaini (*Pelé Eterno*) estiveram ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para comunicar a decisão dos empresários do setor audiovisual de constituir o Fórum Nacional da Indústria Cultural.

De acordo com Barreto, o Fórum Nacional da Indústria Cultural será formado por 17 entidades de classe, que reúnem cerca de 13 mil empresas, responsáveis por mais de 200 mil empregos. O produtor negou que os empresários tenham tido a iniciativa do fórum como forma de se oporem à criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Segundo ele, o setor empresarial pretende que o fórum seja uma entidade por meio da qual seus integrantes



**FORÇA** Massaini (E) e Barreto no encontro com Sarney: fórum terá 17 entidades de classe, que reúnem 13 mil empresas do setor audiovisual

possam “pensar e propor”.

### Frente parlamentar

Também ontem, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A senadora, durante o ato de lançamento da frente, afirmou

que a indústria cinematográfica é estratégica para o país, tanto para gerar empregos e movimentar a economia quanto para proteger a soberania nacional. Mais de 100 parlamentares já aderiram à frente, que reúne senadores e deputados.

## Ministro destaca lei que protege portador de HIV

O ministro da Saúde, Humberto Costa, destacou ontem, ao inaugurar painel com o laço vermelho, símbolo da luta contra a Aids, em frente ao Congresso Nacional, a importância da aprovação do projeto de iniciativa do presidente do Senado, José Sarney – transformado na Lei 9.313/96 –, que assegurou a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV.

– A aprovação da Lei

Sarney foi fundamental para que o Brasil alcançasse essa posição de liderança que tem hoje no controle da Aids.

Costa disse que o decreto de Redução de Danos, sobre a distribuição de seringas descartáveis a viciados em drogas injetáveis, para evitar que se contaminem e retransmitam a Aids, visa apenas regulamentar ações já em curso e de efeito comprovado no controle da epidemia.



LUTA Sessão do Congresso teve a presença de autoridades, convidados e parlamentares como a senadora Fátima Cleide (D)

Célio Azevedo

## Dia para acabar com a agressão contra a mulher

### Congresso faz sessão solene pelo Dia Internacional da Eliminação da Violência

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) abriu a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Eliminação da Violência contra

a Mulher, que transcorre hoje. Na Mesa, foram registradas as presenças das primeiras-damas do Brasil, Marisa Silva, e do Peru, Eliane Toledo; da secretária especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e da secretária especial de Políticas de Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. A abertura da sessão foi marcada pela apresentação do Coral de Crianças

da Escola das Nações, de Brasília.

A primeira oradora, e autora do requerimento da solenidade, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), lembrou o escritor norte-americano Jack London, que disse ser o homem “o único animal que se diferencia dos demais por agredir as suas fêmeas”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) cobrou políticas

públicas para a proteção da mulher e punições mais severas para os responsáveis por agressões. Eduardo Siqueira Campos condenou a prática do turismo sexual, assunto que também foi tema de uma comissão parlamentar mista de inquérito, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes.

### Lúcia Vânia



Célio Azevedo

### Exclusão é fator de desprezo

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu a intensificação da luta por elaboração de leis contra a discriminação da mulher. A exclusão social e econômica, a seu ver, configura um dos principais fatores de desprezo ao elemento feminino e de violência contra a mulher. Conforme dados que divulgou, uma em cada três mulheres no mundo sofreram, sofrem ou sofrerão violência doméstica em suas vidas.

### Serys Slhessarenko



Célio Azevedo

### Ocorrem em casa 70% dos ataques

A senadora Serys Slhessarenko destacou a luta que tem empreendido no Parlamento brasileiro visando à redução da discriminação contra a mulher. Ela citou dados estatísticos registrando que 70% dos casos de violência ocorrem na própria casa.

Já a deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) destacou o início de 16 dias de ativismo mundial de protesto contra a violência dirigida à mulher.

### Valadares



Célio Azevedo

### A presença mais generosa e mais sensível

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o comportamento agressivo do homem com a mulher pressupõe a deseducação do homem moderno. No seu entendimento, trata-se da invasão pura e simples do espaço do outro. “Mulher é a presença mais generosa e mais sensível em toda a nossa vida”, disse, ressaltando que o “combate entre a graça e a truculência” expõe a covardia masculina.

### Ideli: a cada 15 segundos, um ato de agressão

Ideli Salvatti (SC), líder do PT no Senado, lembrou que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil, sendo que grande parte dessas vítimas sofre a violência dentro da própria casa. “São atos chocantes de violência impune”, enfatizou, ressaltando que os dados citados estão longe da verdadeira realidade dos números desse tipo de crime no nosso país.

– Essa violência não tem classe ou raça, ela é visível, quando há marcas físicas de agressões, ou invisível, quando as mulheres sofrem agressões verbais, coação e ameaças, que acabam caindo na impunidade pela falta de coragem delas mesmas de se dirigirem às delegacias de proteção à mulher, com medo de represálias.



CAMPANHA Humberto Costa (D), ao lado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, inaugura painel com laço vermelho

## Zambiasi: feira vendeu meio milhão de livros

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) exaltou a relevância da 50ª Feira do Livro de Porto Alegre (RS) recentemente encerrada, durante a qual foram realizadas 730 sessões de autógrafos e 60 saraus musicais e teatrais, tendo sido vendidos meio milhão de exemplares de livros. Para o senador, mais do que uma ocasião para se comprar livros, a feira já se consagrou como “um monumento móvel à cultura”.

Zambiasi destacou a importância da participação do Senado Federal na feira, que ocorre desde 1995. Lembrou que



Roosevelt Pinheiro

IMPORTÂNCIA Para Zambiasi, feira de Porto Alegre é “monumento móvel à cultura”

o Senado enviou este ano para a feira exemplares do *Dicionário da Língua Portuguesa*, das Constituições federal e estadual, do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente, todos editados em braile.



A necessidade de criação de um Estado palestino é destacada por senadores como forma de se estabelecer a paz no Oriente Médio. Suplicy pede ao Senado apoio à Iniciativa de Genebra, que, disse, trará efeitos positivos a toda a região

# Senadores homenageiam Arafat e pedem paz

O Senado homenageou, na sessão de ontem, o líder palestino Yasser Arafat, falecido no dia 11 de novembro. Estiveram presentes à solenidade o embaixador da Palestina no Brasil, Musa Amer Odeh; o presidente da Confederação Árabe-Palestina, Farid Suwwan; e embaixadores de países árabes e de nações que defendem a causa dos palestinos.

Autor do requerimento de homenagem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ter sido Arafat o homem que colocou a causa daquele povo no mapa do mundo. E destacou que, em 13 de novembro de 1974, o líder palestino visitou as Nações Unidas, em Nova



**REVERÊNCIA** Diplomatas de países árabes compareceram à solenidade no Plenário, requerida por Suplicy (foto menor)

York, levando uma arma de fogo numa das mãos e um ramo de oliveira na outra, para pedir que não permitissem que as folhas verdes, representando a esperança de paz, caíssem ao chão.

### Desejo de paz

Suplicy disse que muita coisa ocorreu ao longo

dos últimos anos até que, em 12 de outubro de 2003, houve a Iniciativa de Genebra, tratado assinado por personalidades de primeira grandeza das esferas política, militar e cultural das sociedades israelense e palestina. Esse documento "lançou as bases para um compromisso



histórico entre os dois lados que pode resultar na paz que todos desejam, com dois Estados vivendo em harmonia".

O senador propôs que o Senado apóie os termos da Iniciativa de Genebra, como "um sopro de inspiração que resulte no reconhecimento recíproco dos dois Estados, fato que terá um efeito positivo em todos os países da região, até mesmo no Iraque", assinalou.

Suplicy ressaltou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já apoiou o documento. A Iniciativa de Genebra, afirmou ainda, representa um esforço da comunidade internacional que demonstra ser possível atingir a paz mediante concessões recíprocas por parte de Israel e da Autoridade Palestina.

– É possível colocar fim a esse insano conflito,

iniciando uma nova era de cooperação entre os dois povos, vivendo em dois Estados soberanos – observou.

O parlamentar salientou que, em sua recente visita a Israel e à Palestina, levou uma carta idêntica do presidente Lula aos dirigentes dos dois países. Segundo ele, ao visitar Yasser Arafat, confinado em Ramallah, o líder dirigiu convite a Lula para passar as festividades de Natal na cidade de Belém, onde Jesus nasceu.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou o ideal do povo palestino, "que quer viver em paz e tem direito a uma pátria com soberania, tal como os israelenses já possuem a sua".

Simon



Líder palestino conquistou o *status* de mártir

Com a afirmação de que Yasser Arafat entrou na história com o *status* de mártir, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse esperar que o povo palestino saiba eleger um sucessor à altura do líder, e concretize o sonho de um Estado autônomo.

– Há interesses poderosos, localizados longe da zona de guerra, que impedem a convivência pacífica na região. Mas em meio ao extremismo sobrevivem setores democráticos capazes de construir a paz.

Maguito



Paz exige a interferência de grandes nações

A solução para a crise no Oriente Médio passa, necessariamente, pela criação do Estado palestino, como determina resolução adotada pelas Nações Unidas em 1947, afirmou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Mas, observou, para que a paz seja alcançada é preciso uma interferência das grandes nações, especialmente dos Estados Unidos. Ele disse que uma das medidas indispensáveis é a retirada das colônias israelenses dos territórios ocupados.

Tuma



Luta pela criação de um Estado autônomo

O caráter singular do líder Yasser Arafat foi destacado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que lembrou os traços de sua personalidade e suas ações pela construção de um estado palestino independente.

Tuma leu o poema *Brihlo Singular do Olhar*, de sua autoria, em que realça as convicções das ações do líder palestino. Na sua opinião, Arafat evidenciava traços in comuns na composição de seus atos e de sua personalidade.

Ideli



Símbolo de um sonho que não pode morrer

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a morte do presidente da autoridade palestina não pode significar a morte do sonho do povo palestino por sua autonomia.

– Morre o símbolo de um sonho que não pode morrer. O sonho de Arafat não pode ser enterrado junto com ele – afirmou.

Na sua opinião, Arafat personificava não apenas o sonho de sua gente, mas de todos os povos que lutam pelo direito de ter um território independente.

Hélio Costa



Tanques impediram encontro

Ao homenagear Yasser Arafat, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu que o Congresso Nacional envie uma representação para, ao lado de outros países, observar as eleições palestinas.

Hélio Costa lembrou ter conhecido Arafat pessoalmente quando exercia a profissão de jornalista. E disse que integrou uma missão de parlamentares brasileiros que tentou encontrar-se com Arafat, mas foi impedida por tanques do exército israelense.

Sarney



Ele deu a vida pela causa do seu povo

Ao final dos discursos em homenagem ao líder da causa palestina, Yasser Arafat, o presidente do Senado, José Sarney, associou-se às palavras dos demais senadores e enfatizou que Arafat foi um dos maiores líderes mundiais e que deu sua vida por uma causa.

Sarney também se desculpou por não ter aberto a sessão deliberativa de ontem, explicando que se encontrava em almoço com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e João Alberto Souza